



ESTADO DO PARANÁ TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA PROVA DE TÍTULOS E INTIMAÇÃO PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO DE JUÍZES LEIGOS REMUNERADOS

A Doutora **ANA ISABEL ANTUNES MAZZOTINI RAMOS**, JUÍZA DE DIREITO SUPERVISORA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DO **FORO REGIONAL DE SARANDI DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Resolução nº 03/2010 do Conselho de Supervisão do Sistema dos Juizados Especiais, torna público o **resultado da prova de títulos e classificação final**, conforme abaixo:

		Prova objetiva	Prova prática	Prova Oral	Prova de Títulos	Total
1-	Sandra Maria Correia da Silva	9,0	9,5	10,0	28,5	29,50
2-	Rozana Maria da Silva	9,0	8,9	10,00	27,9	28,15
3-	Humberto Yassuo Inokuma	7,0	8,5	10,0	25,5	25,75
4-	Clayton Eduardo Gomes	8,0	7,5	8,5	24,0	24,00
5-	Patricia Cruz de Melo	7,0	6,0	9,5	22,5	23,00
6-	Angélica Guerra Raphael	8,5	7,0	7,5	22,5	22,50
7-	Diego Gonçalves Londero	7,0	6,0	9,0	22,0	22,00

Ficam intimados todos os candidatos acima indicados para, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação deste edital no *site* do TJPR, apresentar perante a Secretaria deste Juízo – situada na Avenida Maringá, nº. 3.033, Jardim Nova Aliança, Edifício do Fórum, Sarandi-PR – os seguintes documentos:

- a) certidão emitida pelo Cartório Distribuidor na esfera Cível e Criminal da Comarca ou Foro onde reside e para a qual se pretende a designação;
- b) declaração de que não advogará na unidade do Juizado Especial da Comarca ou Foro onde pretende exercer a função;

1



ESTADO DO PARANÁ TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- c) declaração de que não exerce atividade político-partidária, nem é filiado a partido político ou representa órgão de classe ou entidade associativa;
- d) 02 (duas) fotografias 3x4 recentes;
- e) número da conta corrente e agência do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal para depósito dos valores pecuniários a serem percebidos a título de prestação de serviços;
- f) número da inscrição de trabalhador (NIT) no INSS ou o número do PIS/PASEP;
- g) comprovação de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e declaração de que possui experiência jurídica de, no mínimo, 02 (dois) anos.

Certificada a regularidade, pela Chefe de Secretaria deste Juízo, dos documentos e declarações apresentadas, proceder-se-á a publicação do resultado final.

Sarandi, 11 de setembro de 2013.


ANA ISABEL ANTUNES MAZZOTINI RAMOS
Juíza de Direito